

RESUMO - 3. TRABALHADORES DA SOCIOEDUCAÇÃO.

**O IMPACTO DA GESTÃO NEOLIBERAL E A PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO SOCIOEDUCATIVO EM MINAS GERAIS**

Thamila De Lourdes Teixeira (thamilateixeira@yahoo.com.br)

Nayane Ferreira Franco (nayferreirafranco@gmail.com)

Lilian Mariana Gomes (lilianmarianagomes@yahoo.com.br)

Victoria Lemes Figueiredo (as.victorialemes@gmail.com)

A partir da década de 1990, com o avanço das políticas neoliberais no Brasil, o Estado passou a adotar um modelo de gestão que transferiu para entidades privadas a execução de parte significativa das políticas públicas, especialmente nas áreas sociais. No campo socioeducativo, essa tendência expressa-se na terceirização dos serviços voltados ao atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, fenômeno que se intensifica em Minas Gerais com a expansão de convênios e parcerias firmadas entre o poder público e organizações da sociedade civil. Essa realidade tem produzido impactos diretos nas condições de trabalho dos profissionais que atuam nesse campo, configurando um cenário de precarização e fragilização da identidade profissional dos trabalhadores da socioeducação. O presente estudo tem como objetivo analisar os efeitos da terceirização sobre as condições de trabalho e

sobre a efetividade da política socioeducativa no estado de Minas Gerais, problematizando como as diretrizes neoliberais moldam as relações laborais e os sentidos do trabalho socioeducativo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de legislações, relatórios e contratos de gestão entre o Estado e as entidades conveniadas. A partir da análise, foi possível identificar que a terceirização tem promovido a fragmentação do trabalho em equipe, a alta rotatividade de profissionais, a descontinuidade de vínculos e a sobreposição de tarefas, comprometendo a dimensão socioeducativa prevista no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Verifica-se ainda que os vínculos precários e a ausência de planos de carreira e formação permanente contribuem para a desvalorização do trabalho, afetando a construção de vínculos pedagógicos com os adolescentes e a consolidação de práticas efetivamente emancipatórias. Esses achados revelam a contradição entre o discurso de eficiência gerencial e a realidade concreta de precarização vivida pelos trabalhadores. Conclui-se que a terceirização, ao submeter a política socioeducativa às lógicas de mercado e produtividade, reduz seu caráter formativo e educativo, transformando o trabalho socioeducativo em mera execução de tarefas. Assim, reafirma-se a necessidade de fortalecer a gestão pública direta e o reconhecimento do trabalhador da socioeducação como agente fundamental no processo de ressocialização e cidadania dos adolescentes, recuperando a centralidade do trabalho social enquanto prática ética, educativa e transformadora.

Palavras-chave: terceirização das políticas públicas; condições de trabalho; política socioeducativa.